



Luís Ricardo Lebreiro Caixinhas

Licenciado em Engenharia de Produção Industrial

Relatório de Atividade Profissional

Relatório nos termos de Despacho nº 20/2010 para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia e Gestão Industrial, por Licenciados “Pré-Bolonha”

Presidente: Doutora Ana Sofia Leonardo Vilela de Matos, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Vogais: Doutor Rogério Salema Araújo Puga Leal, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Maria do Rosário de Meireles Ferreira Cabrita, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa



**FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

Setembro, 2018

Relatório de atividade profissional

Copyright © Luís Ricardo Lebreiro Caixinhas, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

À minha querida mãe e às minhas três queridas filhas.

Um agradecimento muito especial à Doutora Maria do Rosário de Meireles Ferreira Cabrita por muito me ter ajudado em todo este processo.

Ao Doutor Rogério Salema Araújo Puga Leal pela sua imprescindível ajuda desde a primeira hora até à última hora.

Resumo

Um dos fatores mais importantes para o crescimento de qualquer setor da economia passa pela inovação de marcas distintivas, de embalagens diferenciadoras e de novos produtos ou processos, os quais têm que ser devidamente protegidos através dos respetivos mecanismos legais de proteção, como é o caso, entre outros, das marcas, dos desenhos ou modelos e das patentes.

Para a efetiva proteção dos resultados dessa inovação através de uma das três citadas modalidades da propriedade industrial, é imprescindível realizar um diagnóstico sobre propriedade industrial que visa indicar quais das três citadas modalidades da propriedade industrial devem ser protegidos por uma qualquer entidade, concretamente e entre outras, por uma empresa, por uma *start up*, por um empreendedor ou por um inventor.

No presente Relatório é descrito o método para a realização dos diagnósticos sobre propriedade industrial.

Para a elaboração dos diagnósticos sobre propriedade industrial, também serão descritos neste Relatório, os conceitos sobre Propriedade Intelectual, nomeadamente Direitos de Autor e Direitos Conexos e Propriedade Industrial.

O presente Relatório foi realizado tendo como objetivo o desenvolvimento de um Diagnóstico sobre Propriedade Industrial, que se destina a ser utilizado por diferentes tipos de entidades.

Palavras-chave: Inovação; Propriedade Industrial; Marcas; Desenhos ou Modelos; Patentes; Diagnósticos em Propriedade Industrial; Empresa; *Start Up*; Empreendedorismo.

Abreviaturas

AOPI - Agente Oficial da Propriedade Industrial;

CPI - Código da Propriedade Industrial;

DO - Denominação de Origem;

EPO - *European Patente Office* (em Português Instituto Europeu de Patentes);

IIC - Invenções Implementadas por Computador;

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial;

IG - Indicação Geográfica;

IPIUE - Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia;

OP - Organização de Produtores;

PCT - *Patent Cooperation Treaty* (em português Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes);

PI - Propriedade Industrial;

RNPC - Registo Nacional de Pessoas Coletivas; e

WIPO - *World Intellectual Property Organization* (em português Organização Mundial da Propriedade Intelectual).

Índice de Conteúdos

1	Introdução	1
1.1	Enquadramento	1
1.2	Objetivos	1
1.3	Estrutura do relatório	1
2	Percurso académico e profissional do candidato.....	3
3	Propriedade Intelectual: Propriedade Industrial, Direitos de Autor e Direitos Conexos.....	4
3.1	Propriedade Intelectual	4
3.1.1	Direitos de Autor e Direitos Conexos.....	4
3.1.2	Propriedade Industrial	7
3.2	Propriedade Industrial.....	10
3.2.1	Propriedade Industrial – proteção dos sinais distintivos do comércio	10
3.2.2	Propriedade Industrial – proteção das invenções.....	15
3.2.3	Interligação entre três modalidades da Propriedade Industrial – marca/ desenho ou modelo/ patente.....	18
3.2.4	Duração e entidade responsáveis pelos pedidos e registo de direitos de PI em Portugal, Comunitários/ Europeus e Internacionais.....	19
3.2.5	Bases de dados sobre direitos de PI em Portugal, Comunitários/ Europeus e Internacionais.....	20
4	Método para a realização dos diagnósticos sobre propriedade industrial	22
4.1	Caracterização da entidade	23
4.2	Levantamento dos direitos de PI protegidos.....	23
4.3	Identificação dos direitos de PI a proteger.....	24
4.4	Relatório do Diagnóstico em Propriedade Industrial	24
4.5	Diagnóstico em Propriedade Industrial – PI no setor do terciário	25
4.6	Diagnóstico em Propriedade Industrial – PI no setor secundário	26
4.7	Diagnóstico em Propriedade Industrial – PI no setor primário.....	26
5	Conclusões	27
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura do Relatório.....	2
Figura 2: Áreas da propriedade intelectual	4
Figura 3: Diferentes utilizações de Propriedade Industrial e Direitos de Autor	9
Figura 4: Propriedade Industrial, Direitos de Autor e Direitos Conexos	9
Figura 5: Dois principais grupos da Propriedade Industrial	10
Figura 6: Dois principais grupos dos sinais distintivos do comércio.....	11

Índice de Quadros

Quadro 1: Alguns tipos de obras que podem ser protegidas através de direitos de autor	6
Quadro 2: Principais modalidades da Propriedade Industrial	7
Quadro 3: Principais diferenças entre a Propriedade Intelectual e a Propriedade Industrial	8
Quadro 4: Diferenças entre alguns tipos de marcas tradicionais	14
Quadro 5: Diferenças entre alguns tipos de marcas, ditas como não tradicionais ou não convencionais	15
Quadro 6: Desenho ou Modelo da União Europeia e Pedido Internacional de Patente requerido em nome da Gillette	16
Quadro 7: Registo de Desenho ou Modelo da União Europeia n.º 000196894	17
Quadro 8: Resumo e desenho da Patente Nacional n.º 1722945	18
Quadro 9: Interligação entre três modalidades da Propriedade Industrial	19
Quadro 10: Duração e entidades responsáveis pelas Marcas, Patentes e Desenhos ou Modelos	20
Quadro 11: Algumas das bases de dados sobre PI	21

1 Introdução

1.1 Enquadramento

O Código da Propriedade Industrial em Portugal, de acordo com o recente Decreto-Lei n.º 110/2018 de 10 de Dezembro, prevê nove mecanismos legais de proteção. Todavia, no presente relatório só serão abordados três desses nove mecanismos legais de proteção, concretamente marcas, patentes e desenhos ou modelos.

As marcas, patentes e desenhos ou modelos são os mecanismos legais da Propriedade Industrial mais utilizados em Portugal.

No presente Relatório é descrito um método para a realização de diagnósticos sobre propriedade industrial para a utilização de cada uma das três citadas modalidades da Propriedade Industrial.

Também serão aqui descritos os conceitos sobre Propriedade Intelectual, nomeadamente Direitos de Autor e Direitos Conexos e Propriedade Industrial.

A formação em Engenharia de Produção Industrial, associada às qualificações de Agente Oficial da Propriedade Industrial e Mandatário Europeu de Desenhos ou Modelos, permitiram ao autor reunir competências técnicas para o desenvolvimento do método para a realização de diagnósticos sobre propriedade industrial.

1.2 Objetivos

O presente Relatório foi elaborado, tendo como objetivo desenvolver um método e/ ou guia prático para ser utilizado por diferentes entidades, como é o caso, entre outras, de uma empresa, de uma *start up*, de um empreendedor ou de um inventor, na atividade de proteção das suas inovações através de uma das três referidas modalidades da Propriedade Industrial, designadamente marcas, desenhos ou modelos, ou patentes.

1.3 Estrutura do relatório

O presente Relatório, conforme se apresenta na Figura 1, está dividido em cinco capítulos:

- no primeiro capítulo é feito o enquadramento do relatório e são enunciados os seus objetivos;
- no segundo capítulo é descrito de forma sucinta e resumida o percurso académico e profissional do candidato;

- no terceiro capítulo são então descritos os conceitos sobre direitos de autor e direitos conexos e propriedade industrial, sendo que nesta última são detalhadas três modalidades, nomeadamente, marcas, desenhos ou modelos e patentes;
- no quarto capítulo é descrita cada uma das respetivas etapas, que constituem o método para a realização dos diagnósticos sobre propriedade industrial; e
- no quinto e último capítulo são apresentadas as conclusões.

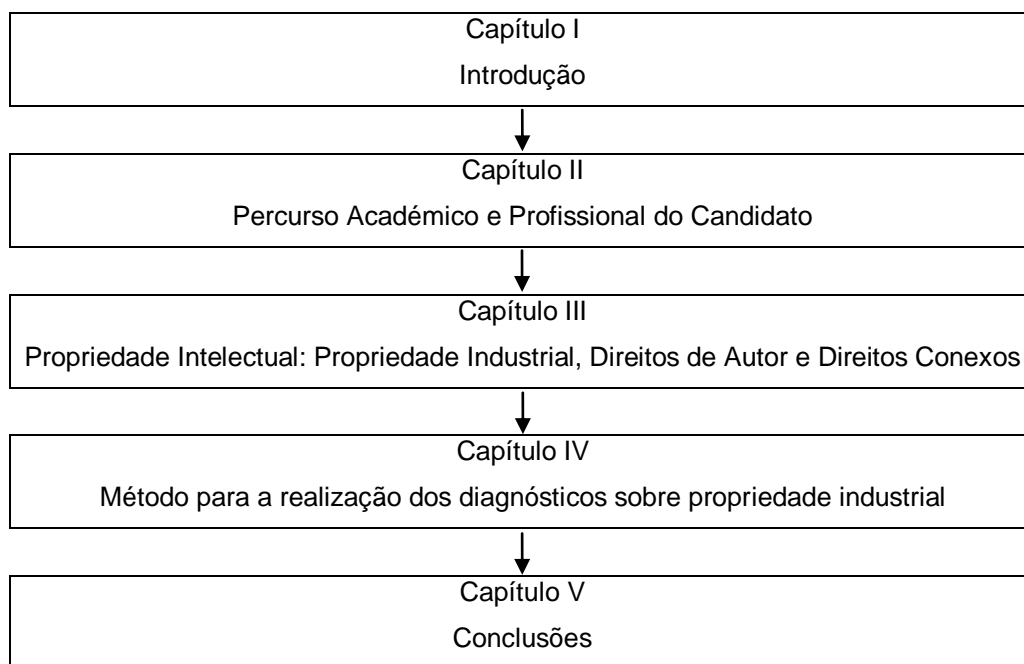


Figura 1: Estrutura do Relatório

2 Percurso académico e profissional do candidato

O percurso académico do candidato, passou pela formação em Engenharia de Produção Industrial na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, que terminou em dezembro de 1998, a qual lhe permitiu ser Membro Efetivo da Ordem dos Engenheiros no Colégio de Mecânica.

Em 2001 na qualidade de membro fundador de um dos Gabinetes de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial GAPI's¹, concretamente do GAPI do Taguspark, teve o seu primeiro contacto com a área da Propriedade Industrial.

Após ter prestado provas e tendo obtido a respetiva aprovação, em dezembro de 2012² foi concedida ao candidato, a certificação profissional de Agente Oficial da Propriedade Industrial - AOPI - pelo Instituto Oficial da Propriedade Industrial (INPI), conforme atesta o site desta Entidade³.

A certificação profissional na qualidade de AOPI, possibilitou ao candidato propor-se e vir a ser Mandatário Europeu de Marcas e Desenhos ou Modelos junto do Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia - IPIUE, em Janeiro de 2016 conforme atesta o site desta Entidade⁴.

Na qualidade de AOPI e de Mandatário Europeu de Marcas e Desenhos ou Modelos, o candidato tem escrito diversos artigos em vários meios de comunicação e tem sido convidado para participar na qualidade de orador, formador e professor, em diversos eventos sobre Propriedade Industrial.

¹ <https://inpi.justica.gov.pt/Contactos/GAPI>.

² Homologação publicada através do Aviso n.º 552/ 2013 do Diário da República n.º 7 de 10 de Janeiro de 2013.

³ <https://inpi.justica.gov.pt/Contactos/AOPI-e-procuradores-autorizados>;

⁴ <https://euipo.europa.eu/eSearch/#details/representatives/75887>

3 Propriedade Intelectual: Propriedade Industrial, Direitos de Autor e Direitos Conexos

No presente capítulo serão abordadas as duas áreas em que se divide a propriedade intelectual, a qual é muitas vezes confundida com a propriedade industrial e vice-versa.

Deste modo o terceiro capítulo em apreço revela-se de grande importância para a definição e consequente distinção entre esses dois conceitos e também o mesmo terceiro capítulo apresenta-se como imprescindível para a compreensão do subsequente capítulo, concretamente o quarto capítulo.

3.1 Propriedade Intelectual

A Propriedade Intelectual divide-se em duas áreas distintas, conforme se apresenta na Figura 2:

- Direitos de Autor e Direitos Conexos; e
- Propriedade Industrial.

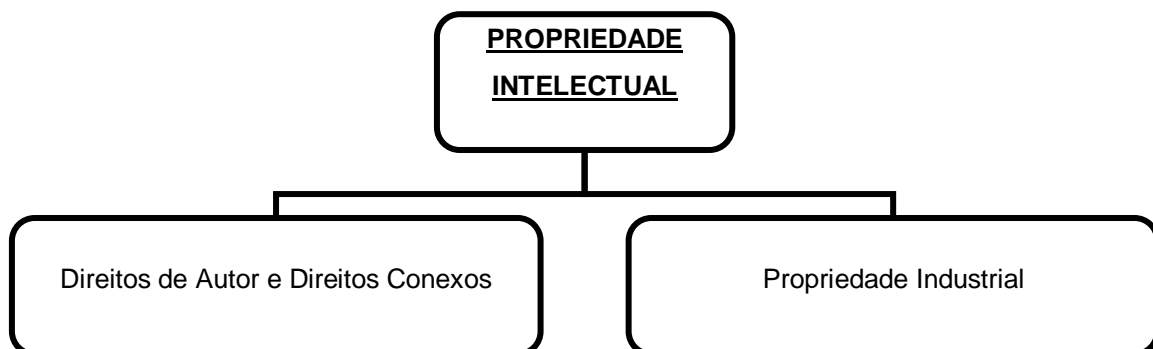


Figura 2: Áreas da propriedade intelectual

3.1.1 Direitos de Autor e Direitos Conexos

O Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 63/85 de 14 de março protegem a expressão das obras ou prestações que se relacionam com a execução dessas mesmas obras.



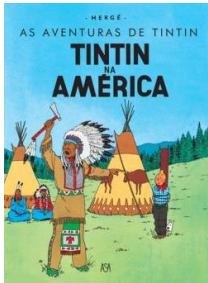


Normalmente, os direitos de autor e direitos conexos estão particularmente relacionados com a criação de obras intelectuais, sejam elas de carácter científico literário, musical, artístico, etc.

Apesar do registo dos Direitos de Autor e Direitos Conexos não ser obrigatório, i.e., a sua proteção ser independente do registo, este pode ser aconselhável, especialmente por razões de prova e eventuais pedidos de indemnização.

A título meramente exemplificativo, podem ser protegidas nos termos do Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, as seguintes criações intelectuais dos domínios literário, científico e artístico:

- Livros, folhetos, revistas, jornais e outros escritos, conferências, lições, alocações e sermões;
- Obras dramáticas e dramático-musicais e a sua encenação, obras coreográficas e pantomimas, cuja expressão se fixa por escrito ou por qualquer outra forma e composições musicais, com ou sem palavras;
- Obras cinematográficas, televisivas, fonográficas, videográficas ou radiofónicas e obras de desenho, tapeçaria, pintura, escultura, cerâmica, azulejo, gravura, litografia e arquitetura;
- Obras fotográficas ou produzidas por quaisquer processos análogos aos da fotografia e obras de arte aplicadas, desenhos ou modelos industriais e obras de *design* que constituam criação artística, independentemente da proteção relativa à propriedade industrial;
- Ilustrações e cartas geográficas, projetos, esboços e obras plásticas respeitantes à arquitetura, ao urbanismo, à geografia ou às outras ciências;
- Lemas ou divisas, ainda que de carácter publicitário, se se revestirem de originalidade, paródias e outras composições literárias ou musicais, ainda que inspiradas num tema ou motivo de outra obra;
- Programas de computador que tenham carácter criativo e bases de dados;
- As traduções, arranjos, instrumentações, dramatizações, cinematizações e outras transformações de qualquer obra, ainda que esta não seja objeto de proteção;
- Os sumários e as compilações de obras protegidas ou não, tais como seletas, enciclopédias e antologias que, pela escolha ou disposição das matérias, constituam criações intelectuais; e
- As compilações sistemáticas ou anotadas de textos de convenções, de leis, de regulamentos e de relatórios ou de decisões administrativas, judiciais ou de quaisquer outros órgãos ou autoridades do Estado ou da Administração Pública.

No quadro 1 são apresentados alguns exemplos de obras que podem ser protegidas através de direitos de autor.

				
Arquitetura de um prédio Arquiteto (Teotónio Pereira, 1922-2016)	Quadro	Banda desenhada	Filme	Figura/ boneco

Quadro 1: Alguns tipos de obras que podem ser protegidas através de direitos de autor

Nos termos do já citado Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos não são protegidos:

- As ideias;
- Os processos;
- Os sistemas;
- Os métodos operacionais;
- Os conceitos;
- Os princípios ou as descobertas;
- As notícias do dia e os relatos dos acontecimentos diversos com carácter de simples informações de qualquer modo divulgados;
- Os requerimentos, alegações, queixas e outros textos apresentados por escrito ou oralmente perante autoridades ou serviços públicos;
- Os textos propostos e os discursos proferidos perante assembleias ou outros órgãos colegiais, políticos e administrativos, de âmbito nacional, regional ou local, ou em debates públicos sobre assuntos de interesse comum; e
- Os discursos políticos.

3.1.2 Propriedade Industrial

A Propriedade Industrial abrange o conjunto de direitos intelectuais, derivados da atividade intelectual que se aplicam, em particular, às invenções, ao *design*, aos sinais distintivos do comércio e às indicações de origem geográfica.

Em muitos países, como é o caso, entre outros, de Portugal e Espanha, os Direitos de Propriedade Industrial, apesar de protegerem objetos ou bens criados pelo intelecto humano, são designados direitos de Propriedade Industrial, doravante também designados por PI, como consequência da sua comum associação a bens produzidos nos setores industriais.

O registo da Propriedade Industrial, mais concretamente, das marcas, das patentes e dos desenhos ou modelos, é constitutivo, i.e., só existem direitos se estes forem registados.

Deste modo, para proteção dos serviços e/ ou produtos através de cada uma das modalidades da Propriedade Industrial, é obrigatório o registo dos mesmos, de acordo com o respetivo objeto de produção, conforme se sintetiza no Quadro 2.

Direito/ Modalidade	Objeto de Proteção
Marcas	Sinais distintivos do comércio
Desenho ou Modelo	Inovações de <i>Design</i>
Patentes	Invenções novas e inventivas

Quadro 2: Principais modalidades da Propriedade Industrial

Podemos dizer que a PI abrange o conjunto de direitos intelectuais, i.e., direitos derivados da atividade intelectual que se aplicam, em particular, às invenções, ao *design*, aos sinais distintivos e às indicações geográficas e denominações de origem.

Em certas modalidades da PI, como é o caso dos desenhos ou modelos e, principalmente, das patentes, a divulgação pública de um produto e/ou características técnicas do mesmo constitui, na maior parte das situações, um fator para que a respetiva inovação deixe de compreender o requisito da novidade, obstando a que os direitos de PI sejam concedidos.

Para além dos três citados mecanismos da Propriedade Industrial, concretamente marcas, desenhos ou modelos e patentes, o Código da Propriedade Industrial, doravante designado por CPI, prevê ainda outros mecanismos legais de proteção, tais como:

- denominações de origem;
- indicações geográficas;
- logótipos;
- recompensas;

- certificados complementares de proteção; e
- topografia de produtos semicondutores.

Os direitos de Propriedade Industrial têm uma proteção de âmbito territorial, i.e., só irão vigorar nos países e/ ou regiões onde forem registados/depositados.

Este princípio da territorialidade é hoje atenuado por diversos acordos regionais, onde um único pedido será válido numa região que engloba diversos estados, como é o caso da marca ou do desenho ou modelo da União Europeia, ou através de convenções internacionais que facilitam, em grande medida, o seu pedido em diversos territórios, como acontece no Pedido de Registo Internacional de Marcas ou de Desenhos ou Modelos, ou no caso das invenções no Pedido Internacional de Patentes, vulgarmente designados por PCT - *Patent Cooperation Treaty* - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes.

O Quadro 3 identifica as principais diferenças entre Propriedade Intelectual e Propriedade Industrial

Propriedade Intelectual	Propriedade Industrial
<ul style="list-style-type: none"> - Proteção dos Direitos de Autor e Direitos Conexos. - O objeto dos Direitos de Autor são as obras intelectuais. - São obras intelectuais as obras literárias, as produções videográficas, as fotografias, as esculturas, pinturas, entre muitos outros exemplos. - Os Direitos de autor não carecem de registo para serem tutelados. <p>São protegidos, em regra, pelo prazo de 70 anos após a morte do autor.</p> <p>Entidade recetora dos pedidos em Portugal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC) <p>www.igac.pt</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção de bens imateriais normalmente gerados em empresas, como invenções, <i>designs</i> ou marcas. - Os Direitos Privativos devem ser registados para serem protegidos. - A duração da proteção varia em função do direito em causa. <p>Entidade recetora dos pedidos em Portugal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) <p>www.inpi.pt</p>

Quadro 3: Principais diferenças entre a Propriedade Intelectual e a Propriedade Industrial

Um mesmo produto pode ser protegido simultaneamente através dos direitos de autor, de marcas, de patentes e de desenhos ou modelos, conforme se pode observar na figura 3.



Figura 3: Diferentes utilizações de Propriedade Industrial e Direitos de Autor

Na figura 4 estão devidamente indicados cada um dos direitos que se podem proteger através da propriedade industrial e do direito de autor e direitos conexos.

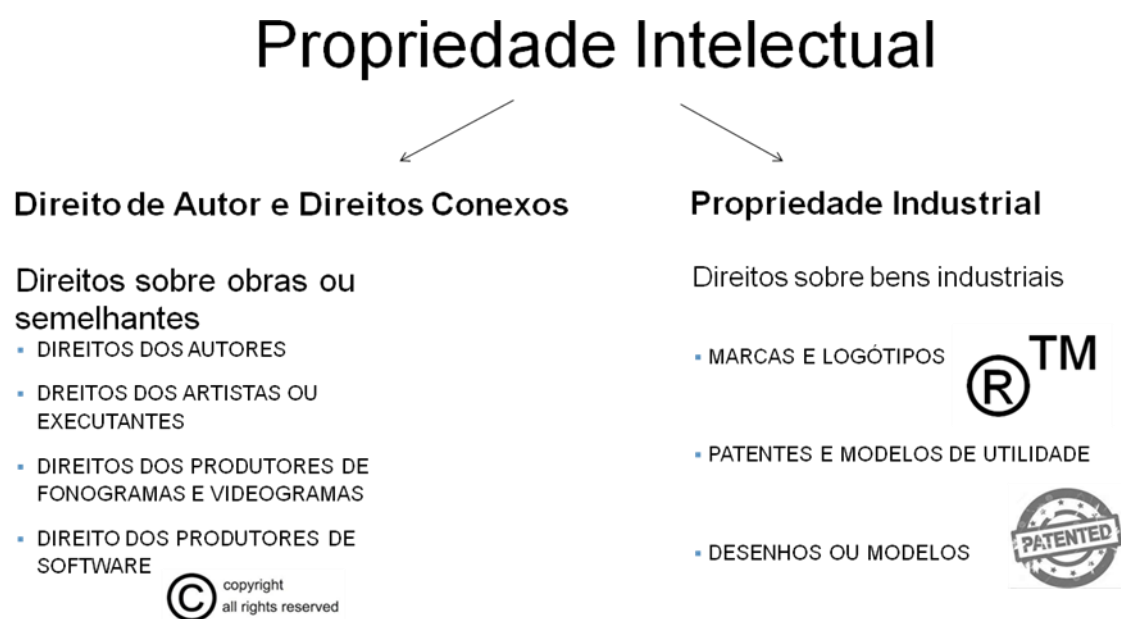


Figura 4: Propriedade Industrial, Direitos de Autor e Direitos Conexos

As criações - produtos que surgem da atividade intelectual do ser humano - designam-se como bens intangíveis ou bens imateriais, pelo que, tanto os direitos de propriedade industrial, como os de propriedade intelectual, visam a proteção desses bens intangíveis, que são propriedade das empresas ou das pessoas que os criam ou a quem pertence a sua titularidade.

3.2 Propriedade Industrial

Os direitos de propriedade industrial podem ser agrupados em dois grupos: os direitos que protegem os sinais distintivos do comércio e os direitos que protegem as invenções, como referido na Figura 5.



Figura 5: Dois principais grupos da Propriedade Industrial

3.2.1 Propriedade Industrial – proteção dos sinais distintivos do comércio

Uma marca só deve ser efetivamente considerada e designada como tal, quando a mesma está devidamente registada.

Muitas entidades e particulares, erradamente, designam como “marca” o registo efetuado no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, doravante designado por RNPC.

O nome de uma empresa legalmente registada no RNPC, também constitui um sinal distintivo do comércio.

Todavia, a constituição de uma empresa no RNPC, não dá, obrigatoriamente, o direito exclusivo de impedir terceiros de utilizar um determinado sinal, sem o consentimento do seu titular.

Por outro lado, um sinal ou conjunto de sinais suscetíveis de representação gráfica, quando devidamente protegidos por um registo de marca, podem impedir terceiros de utilizar um determinado sinal, sem o consentimento do seu titular.

Os sinais distintivos do comércio, protegidos através de um dos respetivos direitos de PI, podem ser agrupados em dois grupos.

A Figura 6 apresenta as duas categorias que enquadram os sinais distintivos do comércio.

- um primeiro grupo que inclui as denominações de origem e as indicações geográficas protegidas; e
- um segundo grupo que inclui as marcas e logótipos.

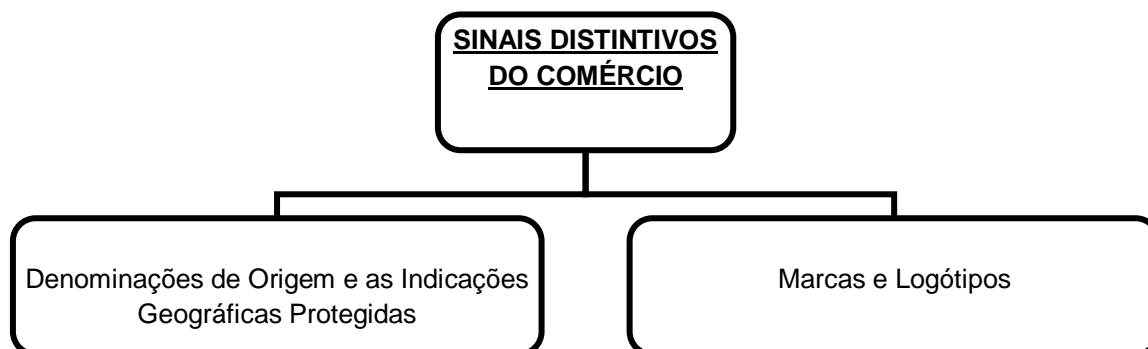


Figura 6: Dois principais grupos dos sinais distintivos do comércio

Os sinais distintivos do comércio são utilizados para identificar e diferenciar os produtos e serviços que se encontram no mercado, bem como para identificar a sua origem e qualidade ou características de um determinado produto, como é o caso específico das denominações de origem e as indicações geográficas.

3.2.1.1 Denominações de Origem e as Indicações Geográficas Protegidas

As Denominações de Origem e as Indicações Geográficas são utilizadas para identificar a origem, a qualidade e/ou reputação de produtos agrícolas ou géneros alimentícios provenientes de uma determinada origem geográfica.

A rotulagem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios com os símbolos de Denominação de Origem e Indicação Geográfica vêm satisfazer a crescente procura por parte dos consumidores de produtos agrícolas ou de géneros alimentícios oriundos de uma determinada origem geográfica.

Definição

Denominação de Origem

De acordo com o CPI em Portugal, entende-se por denominação de origem, de ora em diante designada por DO, o nome de uma região, de um local determinado ou, em casos excepcionais, de um país que serve para designar ou identificar um produto:

- a) originário dessa região, desse local determinado ou desse país; e
- b) cuja qualidade ou características se devem, essencial ou exclusivamente, ao meio geográfico, incluindo os factores naturais e humanos, e cuja produção, transformação e elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

São igualmente consideradas denominações de origem certas denominações de origem tradicionais, geográficas ou não, que designem um produto originário de uma região, ou local determinado, e que satisfaçam as condições previstas na citada alínea b).

Um dos exemplos mais conhecidos e mais antigos de uma DO é o Vinho do Porto. O Vinho do Porto é DO desde 1752 e foi uma das primeiras DO legalmente registadas na Europa.

Para além do Vinho do Porto, a título de exemplo de DO nacionais são abaixo referidos os seguintes produtos agrícolas ou de géneros alimentícios:

- Ananás dos Açores;
- Carne alentejana; e
- Queijo da Serra da Estrela.

A título de exemplo de DO internacionais são abaixo referidos os seguintes produtos agrícolas ou de géneros alimentícios:

- *Champagne*;
- *Tequila*; e
- *Parmigiano-Reggiano*.

Indicação geográfica

Uma Indicação Geográfica, de ora em diante designada por IG, apresenta requisitos menos exigentes comparativamente com a DO, devido ao facto da ligação do produto agrícola ou de género alimentício ao seu local de origem ser mais fraca.

De acordo com o CPI em Portugal, entende-se por IG o nome de uma região, de um local determinado ou, em casos excepcionais, de um país que serve para designar ou identificar um produto:

- a) originário dessa região, desse local determinado ou desse país;
- b) cuja reputação, determinada qualidade ou outra característica podem ser atribuídas a essa origem geográfica e cuja produção, transformação ou elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

A título de exemplo de IG nacionais são abaixo referidos os seguintes produtos agrícolas ou de géneros alimentícios:

- Maçã de Alcobaça;
- Ovos moles de Aveiro; e
- Poncha da Madeira.

A título de exemplo de IG internacionais são abaixo referidos os seguintes produtos agrícolas ou de géneros alimentícios:

- *Jamón Serrano*;
- *Peperone di Senise*; e
- *Porc de Normandie*.

Pedido de registo de uma DO/ IG

Em Portugal um pedido de registo de uma DO/ IG é requerido junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.

O pedido de registo das denominações de origem ou das indicações geográficas pode ser requerido junto do INPI em nome das pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, com qualidade para adquirir o registo.

O requerimento para o registo internacional de uma DO/ IG deve ser apresentado no INPI de harmonia com as disposições do Acordo de Lisboa relativo à proteção das denominações de origem e ao seu registo internacional.

Duração

A denominação de origem e a indicação geográfica têm duração ilimitada.



3.2.1.2 Marcas

De acordo com o CPI, a marca pode ser constituída por um sinal ou conjunto de sinais suscetíveis de representação gráfica, nomeadamente palavras, incluindo nomes de pessoas, desenhos, letras, números, sons, a forma do produto ou da respetiva embalagem, desde que sejam adequados a distinguir os produtos ou serviços de uma empresa dos de outras empresas.

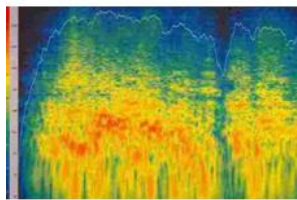
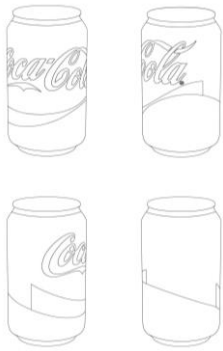
A marca pode, igualmente, ser constituída por frases publicitárias para os produtos ou serviços a que respeitem, desde que possuam carácter distintivo, independentemente da proteção que lhe seja reconhecida pelos direitos de autor.

Os diferentes tipos de marcas são enumerados nos dois quadros seguintes – Quadro 4 e Quadro 5. O primeiro quadro é referente às marcas tradicionais⁵ ou convencionais e o segundo quadro evidencia alguns tipos de marcas, ditas como não tradicionais ou não convencionais.

⁵ Conforme se refere, PEDRO SOUSA E SILVA, “*Direito Industrial – Noções Fundamentais*”, op.cit., págs. 125 e ss.

Tipo de marca	Definição	Exemplo
Nominativas	Compostas apenas por elementos verbais, nomeadamente palavras, incluindo nomes de pessoas, letras ou números.	COCA-COLA
Figurativas	Compostas apenas por elementos figurativos, como desenhos, imagens ou figuras.	
Mistas	Compostas por elementos verbais e figurativos.	

Quadro 4: Diferenças entre alguns tipos de marcas tradicionais

Tipo de marca	Definição	Exemplo
Sonora	Compostas exclusivamente por um som ou uma combinação de sons.	 https://euipo.europa.eu/tunn-el-web/secure/webdav/guest/document_library/contentImages/trade_marks_examples/new/Sound_marks/Example1.mp3 MUE005170113
Tridimensionais	Constituída por uma forma tridimensional do produto, como recipientes, embalagens, o próprio produto ou a sua aparência.	
Olfativas	Protegem o odor de um determinado produto ou serviço desde que não decorra da sua própria natureza. Neste sentido, estão excluídos de protecção os perfumes, géis de banho etc.	Bolas de ténis com odor a relva recém cortada. Marca UE n.º 000428870

Quadro 5: Diferenças entre alguns tipos de marcas, ditas como não tradicionais ou não convencionais

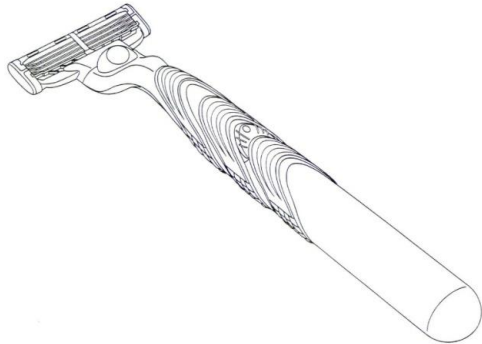
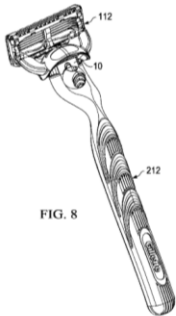
3.2.1.3 Logótipos Vs Marcas

Resumidamente, um logótipo deve ser adequado a distinguir uma entidade enquanto que uma marca deve ser adequada a distinguir os produtos ou serviços de uma empresa, dos de outras empresas.

3.2.2 Propriedade Industrial – protecção das invenções

Conforme anteriormente referido, as invenções podem ser protegidas através de um pedido de desenho ou modelo e/ ou de um pedido de patente.

Existem variadíssimas invenções que estão complementarmente protegidas, tanto por um pedido de desenho ou modelo, como por um pedido de patente, como é o caso, entre outras, da conhecida máquina de barbear desenvolvida e fabricada pela marca GILLETTE. O Quadro 6 exemplifica o caso de proteção de uma invenção através de duas modalidades da PI concretamente desenho ou modelo e patente.

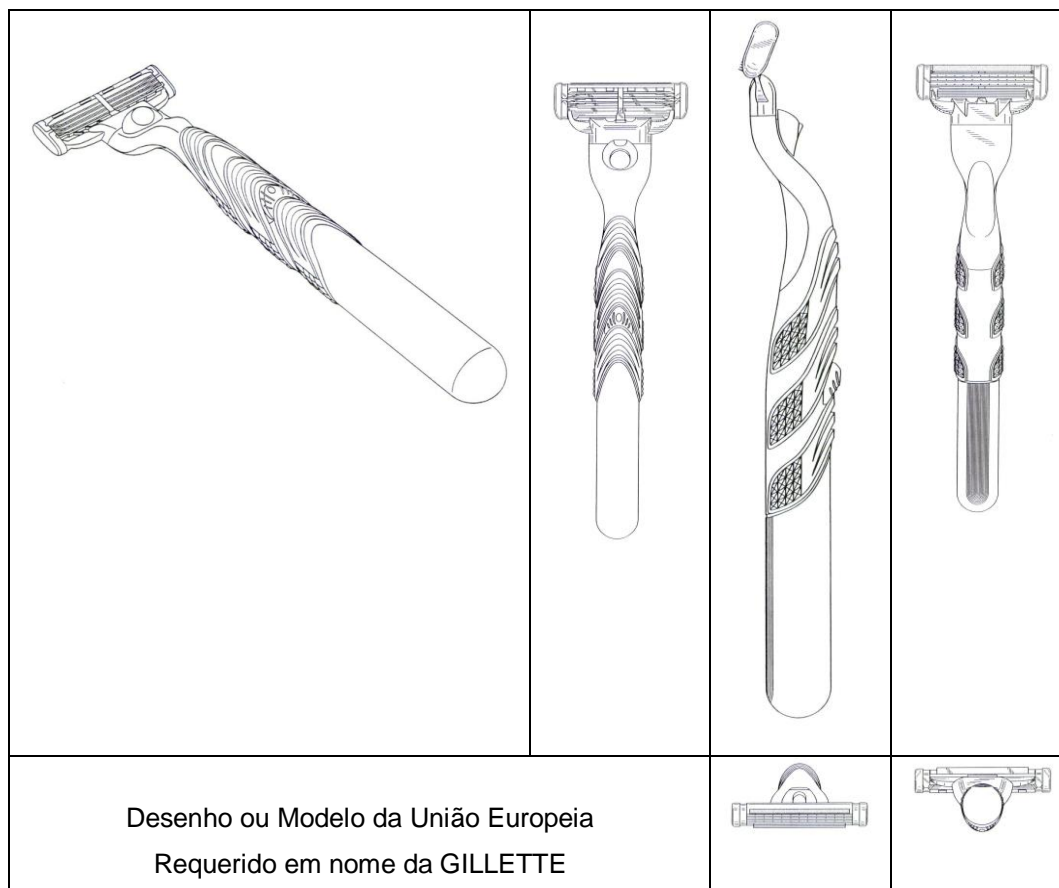
Proteção do Design	Proteção das Características Técnicas
	<p>(12) INTERNATIONAL APPLICATION PUBLISHED UNDER THE PATENT COOPERATION TREATY (PCT)</p> <p>(19) World Intellectual Property Organization International Bureau</p> <p>(43) International Publication Date 25 August 2011 (25.08.2011)</p> <p>(10) International Publication Number WO 2011/103169 A1</p> <p>(51) International Patent Classification: <i>B26B 21/32</i> (2006.01) <i>B26B 21/40</i> (2006.01)</p> <p>(21) International Application Number: PCT/US2011/025057</p> <p>(22) International Filing Date: 16 February 2011 (16.02.2011)</p> <p>(25) Filing Language: English</p> <p>(26) Publication Language: English</p> <p>(30) Priority Data: 12/706,462 16 February 2010 (16.02.2010) US</p> <p>(71) Applicant (for all designated States except US): THE GILLETTE COMPANY [US/US]; World Shaving Headquarters, IP/Legal Patent Department - 3E, One Gillette Park, Boston, Massachusetts 02127 (US).</p> <p>(72) Inventors: and (75) Inventors/Applicants (for US only): TALB, Steve, L. [US/US]; 11 Robinson Avenue, Needham, Massachusetts 02492 (US) KEENE, Andrew, Russell</p> <p>(74) Common Representative: THE GILLETTE COMPANY, c/o Eileen L. Hughtett, The Procter & Gamble Company, Global Patent Services, 299 East Sixth Street, Sycamore Building, 4th Floor Cincinnati, Ohio 45202 (US).</p> <p>(81) Designated States (unless otherwise indicated, for every kind of national protection available): AE, AG, AL, AM, AO, AT, AU, AZ, BA, BB, BG, BH, BR, BW, BY, BZ, CA, CH, CL, CN, CO, CR, CU, CZ, DE, DK, DM, DO, DZ, EC, EE, EG, ES, FI, GB, GD, GE, GH, GM, GT, HN, HR, HU, ID, IL, IN, IS, JP, KE, KG, KM, KN, KP, KR, KZ, LA, LC, LK, LR, LS, LT, LU, LV, MA, MD, ME, MG, MK, MN, MW, MX, MY, MZ, NA, NG, NI, NO, NZ, OM, PE, PG, PH, PL, PT, RO, RS, RU, SC, SD, SE, SG, SK, SL, SM, ST, SV, SY, TH, TJ, TM, TN, TR, TT, TZ, UA, UG, US, UZ, VC, VN, ZA, ZM, ZW.</p> <p>[Continued on next page]</p> <p>(54) Title: SHAVING RAZOR ADAPTER ATTACHING A SHAVING RAZOR CARTRIDGE TO A SHAVING RAZOR HANDLE</p> <p>(57) Abstract: A shaving razor adapter (10) used to attach a disposable shaving razor cartridge (112) of a first shaving razor configuration (110) to a shaving razor handle (212) of a second shaving razor configuration (210). The shaving razor adapter comprises a first attachment portion (20) which resembles the connecting end of the shaving razor handle of the first shaving razor configuration. The first attachment portion attaches the adapter to the shaving razor cartridge of the first shaving razor configuration. The second attachment portion (40) of the adapter resembles the connecting member of a shaving razor cartridge of a second shaving razor configuration that interfaces with the connecting end (226) of the handle of the second shaving razor configuration. The second attachment portion of the adapter releasably attaches the adapter to the connecting end of the shaving razor handle of the second shaving razor configuration.</p>  <p>FIG. 8</p>
<p>Desenho ou Modelo da União Europeia n.º 000196894</p> <p>Requerido em nome da GILLETTE</p>	<p>Pedido Internacional de Patente n.º WO2011/103169</p> <p>Requerido em nome da GILLETTE</p>

Quadro 6: Desenho ou Modelo da União Europeia e Pedido Internacional de Patente requerido em nome da Gillette

3.2.2.1 Desenhos ou Modelos - proteção do design

De acordo com o CPI, um desenho ou modelo designa a aparência da totalidade, ou de parte, de um produto resultante das características de, nomeadamente, linhas, contornos, cores, forma, textura ou materiais do próprio produto e da sua ornamentação.

No quadro 7 estão representados as vistas referente à máquina de barbear protegida através de um Desenho ou Modelo da União Europeia registado e o qual tomou o n.º 000196894.



Quadro 7: Registo de Desenho ou Modelo da União Europeia n.º 000196894

3.2.2.2 Patentes - proteção das características técnicas

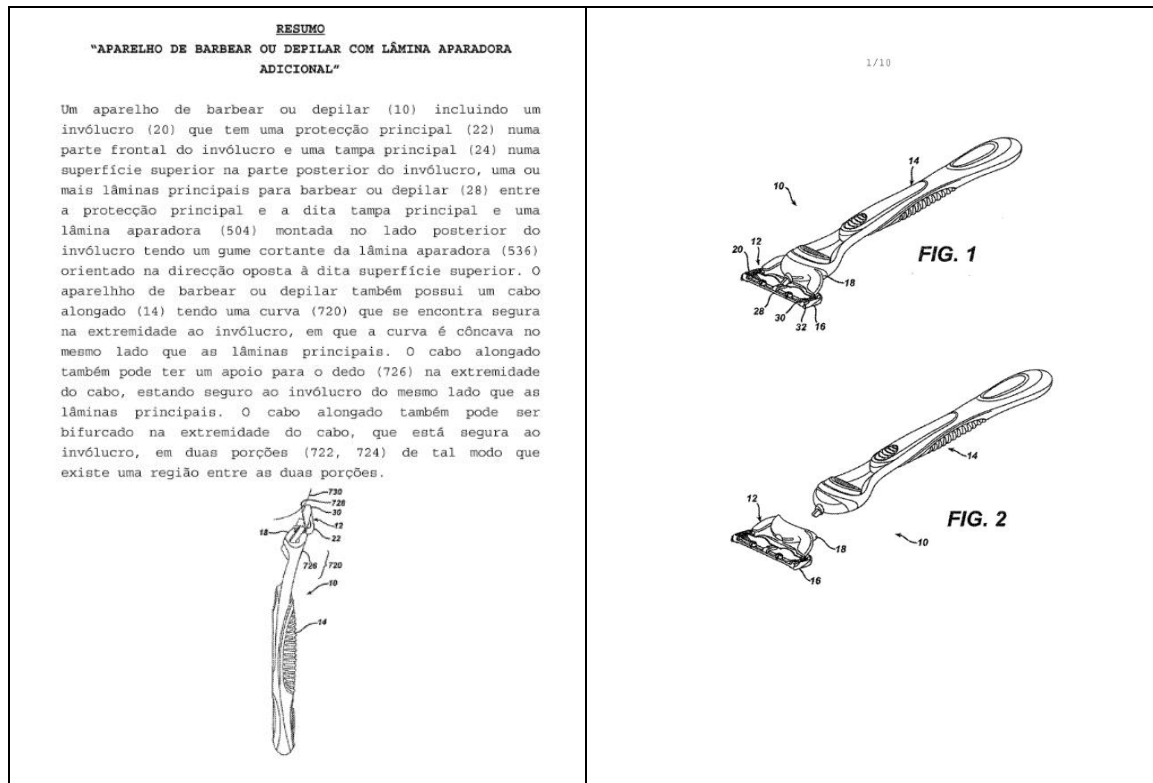
De acordo com o CPI, podem ser objeto de patente as invenções novas, implicando atividade inventiva, se forem suscetíveis de aplicação industrial, mesmo quando incidam sobre um produto composto de matéria biológica, ou que contenha esta matéria, ou sobre um processo que permita produzir, tratar ou utilizar a mesma.

Podem obter-se patentes para quaisquer invenções, quer se trate de produtos ou processos, em todos os domínios da tecnologia, desde que essas invenções respeitem o que se estabelece no número anterior.

Um documento de um pedido de patente é constituído pelos seguintes cinco capítulos:

- Resumo;
- Descrição;
- Reivindicações;
- Desenhos; e
- Figura para publicação.




No quadro 8 estão representados dois dos cinco capítulos que constituem um documento de Pedido de Patente Nacional n.º 1722945, concretamente o resumo e uma das doze páginas dos desenhos.



Quadro 8: Resumo e desenho da Patente Nacional n.º 1722945

3.2.3 Interligação entre três modalidades da Propriedade Industrial – marca/ desenho ou modelo/ patente

Um mesmo produto pode ser protegido por três diferentes modalidades de PI, conforme Quadro 9, como é o caso da máquina de barbear da prestigiada marca GILLETTE, em que o nome do produto é protegido por uma marca, o *design* do produto é protegido por um desenho ou modelo e as características técnicas desse mesmo produto são protegidas através de um Pedido Internacional de Patente, também designado, conforme já anteriormente referido, por PCT - *Patent Cooperation Treaty*, Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes.

Marca	Desenho ou Modelo	Patente
		
Marca da União Europeia 011319613 Requerido em nome da GILLETTE	Desenho ou Modelo da União Europeia n.º 000196894 Requerido em nome da GILLETTE	Pedido Internacional de Patente n.º WO2011/103169 Requerido em nome da GILLETTE

Quadro 9: Interligação entre três modalidades da Propriedade Industrial

3.2.4 Duração e entidade responsáveis pelos pedidos e registo de direitos de PI em Portugal, Comunitários/ Europeus e Internacionais




Os direitos de PI têm uma proteção de âmbito territorial: a proteção só irá vigorar para os países onde o direito for protegido.

Este princípio da territorialidade é hoje atenuado por diversos acordos regionais, onde um único pedido será válido numa região que engloba diversos estados, como é o caso da marca ou do desenho ou modelo da União Europeia, ou através de convenções internacionais que facilitam, em grande medida, o seu pedido em diversos territórios, como acontece no Pedido de Registo Internacional de marcas ou de desenhos ou modelos, ou no caso das invenções no Pedido Internacional de patentes.

Contudo, é preciso ter em conta que os direitos de PI irão vigorar por um prazo definido.

Para as inovações de carácter técnico ou estético, o termo final do prazo ditará a passagem do conceito inventivo para o domínio público.

O Quadro 10 sintetiza a duração e as entidades responsáveis pelos pedidos e registos de PI.

Direito	Duração	Nacional	Comunitária/ Europeia	Internacional
Marca	Dez anos a contar da data do pedido, com possibilidade de renovação sucessiva por períodos iguais.			
Patente	Vinte anos a contar da data do pedido. Os Certificados Complementares de Proteção possibilidade uma proteção por cinco anos adicionais nas patentes de medicamentos e produtos fitofarmacêuticos.			
Desenho ou Modelo	Cinco anos a contar da data do pedido, com possibilidade de renovação sucessiva por períodos iguais por períodos de cinco anos (quinquênios), até ao limite de vinte e cinco anos.			

Quadro 10: Duração e entidades responsáveis pelas Marcas, Patentes e Desenhos ou Modelos

3.2.5 Bases de dados sobre direitos de PI em Portugal, Comunitários/ Europeus e Internacionais

As pesquisas em direitos de PI é uma atividade que é inerente e obrigatória ao sistema de PI não só existe para consulta de direitos já existentes e também estudo técnico das invenções que estão compreendidas no estado da técnica.

As bases de dados sobre patentes apresentam-se atualmente como um imprescindível acervo tecnológico sobre muitas das atuais inovações que fazem parte do nosso dia-a-dia.

No quadro 11 estão representadas algumas das bases de dados sobre PI e nas quais podem ser consultados pedido e direitos concedidos e recusados sobre marcas, desenhos ou modelos e patentes.

	Nacional	Comunitária/ Europeu	Internacional
			
Marcas	https://servicosonline.inpi.pt/pesquisas/main/marcas.jsp?lang=PT	https://euipo.europa.eu/eSearch	http://www.wipo.int/branddb/en/
Desenhos ou Modelos	https://servicosonline.inpi.pt/pesquisas/main/design.jsp?lang=PT	https://euipo.europa.eu/eSearch	http://www.wipo.int/designdb/hague/en/
Patentes	https://servicosonline.inpi.pt/pesquisas/main/patentes.jsp?lang=PT	https://worldwide.espacenet.com/	https://patentscope.wipo.int/search/en/search.jsf

Quadro 11: Algumas das bases de dados sobre PI

4 Método para a realização dos diagnósticos sobre propriedade industrial

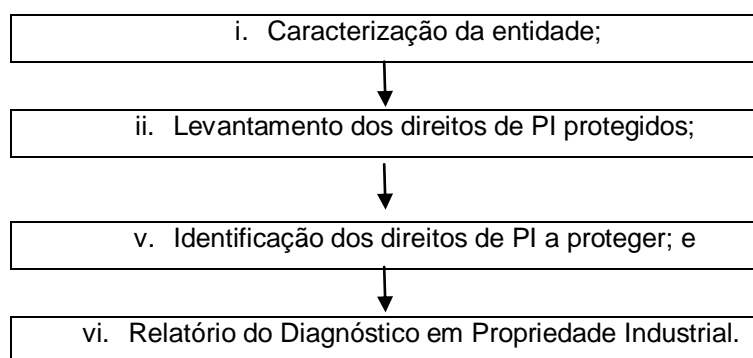
Os diagnósticos sobre PI são relatórios que fazem uma *“fotografia/ scanner sobre a PI de uma entidade, que pode ser uma empresa ou uma pessoa singular”*.

Os diagnósticos de PI têm como objectivo proteger e valorizar as inovações e criações⁶.

Conforme anteriormente referido, a proteção através de cada um de três mecanismos da PI, diz respeito não só à proteção de novos direitos, mas também à proteção de direitos que tenham sido requeridos antes da data de elaboração do DPI.

O DPI inclui as seguintes quatro etapas:

- i. Caracterização da entidade;
- ii. Levantamento dos direitos de PI protegidos;
- iii. Identificação dos direitos de PI a proteger; e
- iv. Relatório do Diagnóstico em Propriedade Industrial.



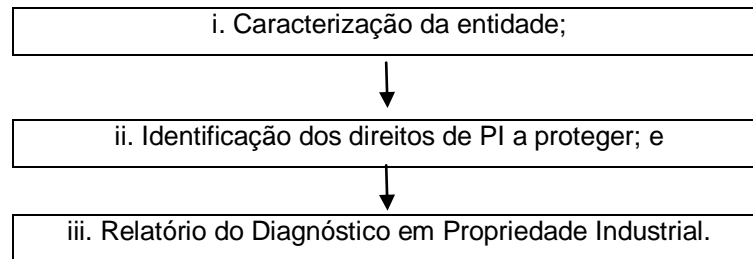
Essas quatro citadas etapas podem ser reduzidas para três, caso a entidade a identificar seja uma entidade recentemente constituída ou mesmo não constituída, como é o caso, entre outras, de uma *start up*, de um empreendedor ou de um inventor.

Deste modo, os DPI, para uma entidade recentemente constituída ou mesmo não constituída, como é o caso de uma *start up*, de um empreendedor, de um inventor, entre outras inclui as seguintes três etapas:

- i. Caracterização da entidade;

⁶ De acordo com a definição do INPI Francês - <http://www.maineetloire.cci.fr/developpement-de-lentreprise/innovation/le-pre-diagnostic-propriete-industrielle>

- ii. Identificação dos direitos de PI a proteger;
- iii. Relatório do Diagnóstico em Propriedade Industrial.



4.1 Caracterização da entidade

A primeira etapa do DPI, i.e., está relacionada com a caracterização da entidade, concretamente da empresa ou da pessoa singular a diagnosticar, e diz respeito à:

- caracterização do setor de atividade em que se insere a entidade a diagnosticar;
- identificação de boas práticas de utilização dos mecanismos da PI, por outras entidades congéneres, dentro do respetivo setor de atividade.

4.2 Levantamento dos direitos de PI protegidos

Na segunda etapa do DPI, concretamente, no levantamento dos direitos de PI protegidos, é realizada uma pesquisa em bases de dados de PI, as quais já foram devidamente descritas anteriormente, para tentar listar todos os direitos já requeridos e os eventuais direitos a requerer.

As buscas em bases de dados de PI sobre os anteriormente referidos direitos a requerer são efetuadas de acordo com os direitos de PI devidamente identificados, através da análise dos eventuais produtos, processos, *produtos de marketing* e de publicidade desenvolvidos pela entidade a diagnosticar.

Esta pesquisa em bases de dados de PI tem como objetivo tentar listar/ levantar todos esses mesmos direitos de PI e envolve dois tipos de pesquisas:

- i. pesquisa sobre todos direitos de PI da entidade a diagnosticar:
 - direitos já requeridos;
 - eventuais direitos a requerer;
- ii. pesquisa sobre direitos de PI requeridos por entidades sectoriais congéneres à entidade a diagnosticar.

Conforme já foi anteriormente referido, esta etapa não se aplica a uma entidade recentemente constituída ou mesmo não constituída, como é o caso, entre outras, de uma *start up*, de um empreendedor ou de um inventor.

4.3 Identificação dos direitos de PI a proteger

A terceira etapa do diagnóstico em Propriedade Industrial, concretamente a Identificação dos direitos de PI a proteger, vai consistir numa avaliação das necessidades da entidade em termos da utilização da PI.

Entenda-se como direitos a proteger, os novos direitos de PI a requerer e os direitos de PI já requeridos mas que ainda precisam de ser protegidos, proteção esta que passa pela manutenção desses mesmos direitos já concedidos.

As buscas em bases de dados de PI sobre os direitos a requerer anteriormente referidos, são efetuadas de acordo com os direitos de PI devidamente identificados através da análise dos eventuais produtos, processos, meios de *marketing* e de publicidade desenvolvidos pela entidade a diagnosticar.

Essa avaliação também vai ser realizada através da pesquisa em bases de dados de PI, para tentar identificar os direitos de PI a proteger.

Nessa terceira etapa, caso seja aplicável, também vão ser identificados os eventuais direitos de PI protegidos:

- que não são usados, e como tal a validade dos mesmos pode expirar;
- que têm anuidades, quinquênios e validações a pagamento;
- que têm os dados do titular do direito de PI desatualizados.

4.4 Relatório do Diagnóstico em Propriedade Industrial

Na quarta e última etapa vai ser realizado o relatório do Diagnóstico em Propriedade Industrial, o qual consiste num documento elaborado com base nas informações obtidas em cada uma das primeiras três etapas e que compreende os seguintes oito capítulos:

- i. - Caracterização da entidade;
- ii. - Identificação dos direitos de PI a manter;
- iii. - Identificação dos direitos de PI a proteger;
- iv. - Atualização das informações sobre a titularidade direitos de PI, concretamente o nome e ou morada;
- v. - Estratégia para a proteção dos direitos de PI a manter;
- vi. - Estratégia para a proteção dos direitos de PI a proteger;

- vii. - Custos dos direitos de PI a manter, concretamente anuidades, quinquénios e renovações; e
- viii. - Custos dos direitos de PI a proteger.

Conforme já anteriormente referido, de acordo com o tipo de entidade a diagnosticar, o número de etapas pode ser alterado e, conseqüentemente, o Diagnóstico em Propriedade Industrial atrás mencionado, o qual consiste num documento elaborado com base nas informações obtidas em cada uma das respetivas etapas, neste caso, em duas e que vai compreender os seguintes quatro capítulos:

- i. Caracterização da entidade;
- ii. Identificação dos direitos de PI a proteger;
- iii. Estratégia para a proteção dos direitos de PI a proteger; e
- iv. Custos dos direitos de PI a proteger.

4.5 Diagnóstico em Propriedade Industrial – PI no setor do terciário

A título de exemplo, se fizermos um levantamento dos direitos de PI de uma entidade na área da restauração, verificamos que as marcas serão os direitos PI mais importantes.

No setor da restauração não é usual existirem muitos pedidos de patentes e/ ou desenhos ou modelos.

Também a título de exemplo, se fizermos um levantamento dos direitos de PI de uma entidade na área do setor terciário, mas na área de desenvolvimento de programas de computadores, também designados por *softwares*, verificamos que para além das marcas serem um importante direito PI, as patentes também poderão ser um dos, ou mesmo, o mais importante direito PI.

De acordo com o CPI, os programas de computadores, como tais, sem qualquer contributo, não podem ser protegidos por uma patente.

Porém, um programa de computador pode eventualmente ser protegido através de um pedido de patente, ao qual se atribui o nome de Invenções Implementadas por Computador, de ora avante designado por IIC.

Conforme se pode verificar no documento desenvolvido pelo Instituto Europeu de Patentes, também conhecido por EPO – *European Patent Office* - sobre IIC, esta é uma invenção cuja implementação envolve o uso de um computador, de uma rede de computadores, ou de qualquer outro dispositivo programável, e que tenha uma ou mais características, total ou parcialmente, realizadas através de um programa de computador.

4.6 Diagnóstico em Propriedade Industrial – PI no setor secundário

A título de exemplo, se fizermos um levantamento dos direitos de PI para uma fábrica de calçado que desenvolve produtos para marcas de prestígio, podemos verificar que a proteção das invenções, nomeadamente dos desenhos ou modelos dos rastos das solas, as patentes da desses mesmos rastos das solas e as patentes dos processos de fabrico dessas solas, poderão ser um ativo intangível de PI mais importante que uma marca própria, visto que nessa entidade o grande *know-how* reside precisamente no desenvolvimento e produção de produtos e não na comercialização dos mesmos.

4.7 Diagnóstico em Propriedade Industrial – PI no setor primário

A título de exemplo, se fizermos um levantamento dos direitos de PI de uma organização de produtores, podemos verificar que a proteção dos sinais distintivos do comércio serão os direitos de PI mais importantes a proteger.

Para uma Organização de Produtores, doravante designada por OP, a marca pode constituir uma enorme mais-valia para a comercialização dos seus produtos.

Essa mesma marca vem possibilitar que cada um dos associados de uma OP possa melhor escoar os seus produtos, pois de outra forma seria eventualmente mais difícil, devido às baixas quantidades produzidas por cada um deles.

5 Conclusões

A formação em Engenharia de Produção Industrial do candidato permitiu-lhe ter um primeiro contacto com a área da PI e que foi complementada com a sua qualificação profissional como agente oficial da propriedade industrial e mandatário europeu de marcas e desenhos ou modelos, valências essas que lhe permitem o desempenho das suas atuais funções profissionais.

O corolário das valências atrás mencionadas é o de que precisamente possibilitaram ao candidato, o desenvolvimento do método para a realização dos diagnósticos sobre propriedade industrial.

O método para a realização dos diagnósticos sobre propriedade industrial, de acordo com as respetivas três ou quatro etapas, vai permitir que diferentes entidades, coletivas ou em nome individual, como é o caso, entre outras, de uma empresa, de uma *start up*, de um empreendedor, ou de um inventor, realizem a proteção das suas inovações através de três diferentes modalidades da PI, nomeadamente marcas, desenhos ou modelos ou patentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

www.inpi.pt

<https://inpi.justica.gov.pt/Contactos/GAPI>

<https://justica.gov.pt/Registos/Propriedade-Industrial/Marca>

<https://justica.gov.pt/Registos/Propriedade-Industrial/Patente>

<https://justica.gov.pt/Registos/Propriedade-Industrial/Design>

http://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/rnpc

www.igac.gov.pt

<http://www.maineetloire.cci.fr/developpement-de-lentreprise/innovation/le-pre-diagnostic-propriete-industrielle>

www.euipo.eu

www.epo.org

www.wipo.int

SILVA, PEDRO SOUSA E:-

Direito Industrial – Noções Fundamentais, 1.^a Edição, Dezembro de 2011, Coimbra Editora, págs. 125 e ss...